

De volta aos giros cultural e linguístico: as inquietações de Michel Zaidan Filho sobre a crise da história

Cultural and linguistic turns come around: Michel Zaidan Filho's concerns about the crisis of history



PASSOS, Muriel Custodio dos*

 <https://orcid.org/0009-0009-3382-3293>

RESUMO: Este artigo se debruça sobre as mudanças historiográficas ocorridas no Brasil a partir dos anos 1980, tomando como ponto de partida as inquietações de Michel Zaidan Filho (Garanhuns, 1951), um acadêmico marxista especializado na História do Movimento Operário na Primeira República. Após apresentar o protagonista escolhido para essa história, analiso as políticas do tempo e da memória (in)disciplinar em que se inserem o uso do conceito de crise para se referir à História. Essa crítica historiográfica epistemológica e ético-política seria uma resposta a diversas viradas ocorridas na historiografia brasileira, notadamente: os giros cultural e linguístico. Busca-se, assim, (in)disciplinar a historiografia brasileira, desnaturalizando e historicizando seus protocolos regulatórios e disciplinares.

PALAVRAS-CHAVE: Crise da História; Michel Zaidan Filho; Historiografia Brasileira; História Cultural; Giro Linguístico; Identidade Historiadora.

ABSTRACT: This paper approaches the historiographical changes occurred in Brazil from the 1980's onwards, focusing on Michel Zaidan Filho's concerns. Zaidan Filho (Garanhuns, 1951) is a Marxist scholar specialized on the History of the Labor Movement during the First Republic in Brazil. After presenting the main character chosen for this story, I analyze the use of the concept of crisis, referred to History, and embedded in politics of time and (in)disciplinary memory. This epistemological and ethical-political historiographical critique is understood as an answer to various turns that occurred in Brazilian historiography, namely: cultural and linguistic turns. Therefore, the present objective is to (in)discipline Brazilian historiography by denaturalizing and historicizing its regulatory and disciplinary protocols.

KEYWORDS: Crisis of History; Michel Zaidan Filho; Brazilian Historiography; Cultural History; Linguistic Turn; Historian's Identity.

Recebido: 01/03/2024

Aprovado: 04/06/2024

* Bacharel e licenciada em História pela Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis (SC). Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis (SC). Bolsista CAPES. E-mail: muriel.tempodeagora@gmail.com. O artigo deriva parcialmente de uma monografia apresentada como requisito para conclusão de curso de graduação (Passos, 2022).



Introdução

Neste artigo, busca-se estabelecer relações entre as inquietações de Michel Zaidan Filho com o giro cultural e linguístico na historiografia brasileira – o que ele chamou de crise da razão histórica, do marxismo e da modernidade –, e com a sua constituição como sujeito do saber histórico. Mais especificamente, analiso seus livros *A Crise da Razão Histórica* (1989) e *Reflexões sobre a História* (2017), articulando a produção dessas obras a informações biográficas coletadas de seu currículo na plataforma *Lattes* (Zaidan Filho, 2023) e de sua entrevista concedida em 2014 ao *Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC)* da *Fundação Getúlio Vargas (FGV)*.

O giro ou virada cultural, também chamado de antropologização, foi um movimento de aproximação da historiografia em relação às teorias e aos métodos da Antropologia. Em diversos países, como Estados Unidos, Alemanha, Índia, Japão e Rússia, isso ocorreu nos anos 1960 (Belieiro; Cardoso Jr., 2017, p. 411). No Brasil, por sua vez, entendo que os efeitos dessas mudanças foram sentidos em conjunto com o giro linguístico, a partir do final da década de 1970, e, principalmente, ao longo das décadas de 1980 e 1990.

Reconheço, como Loriga e Revel (2022, p. 15-26), uma dificuldade em situar o giro linguístico como um movimento homogêneo devido à diversidade de posições entre os intelectuais que lhe são associados, principalmente em torno das definições de linguagem, signo, discurso e texto. Apesar disso, buscando operacionalizar a categoria, concordo com os referidos autores de que se trata, de forma esquemática e insatisfatória, de um movimento que “se identifica à convicção de que a experiência humana e as relações que ela mantém com a realidade não podem ser pensadas sem ter em conta a mediação da linguagem” (Loriga; Revel, 2022, p. 15, tradução própria).¹

Enquanto Loriga e Revel (2022) abordam o giro linguístico como um fenômeno historiográfico localizado temporalmente no pós-guerra, Araujo e Rangel (2015) defendem que suas condições teriam sido colocadas desde os séculos XVIII e XIX, embora não desconsiderem pontos de vista como dos historiadores franceses supracitados. Esse

¹ [No original] “il s’identifie à la conviction que l’expérience humaine et les rapports qu’elle entretient avec la réalité ne peuvent être pensés sans tenir en compte de la médiation du langage” (Loriga; Revel, 2022, p. 15).

movimento é caracterizado por esses historiadores brasileiros como um deslocamento histórico-estrutural e, em termos foucaultianos, como uma crise de representação.²

A partir desse reencontro entre linguagem e historicidade, a historiografia passaria a empregar aproximações e estratégias interpretativas como a análise textual (Loriga; Revel, 2022, p. 21; Maia, 2010, p. 362; 2018, p. 52). Com as abordagens pós-estruturalistas, o estabelecimento de um nexos causal e o valor realista ou veritista perderam a importância que tinham anteriormente (Maia, 2018, p. 53). A validade provisória do saber com base em protocolos locais de um dado coletivo passou, portanto, a ser pensada no lugar da verdade última (Maia, 2010, p. 365-367).

Para Maia (2010, p. 352; 2018, p. 51), haveria um certo consenso em identificar Hayden White como seu principal representante, na medida em que ele equiparou o regime de verdade da história ao da literatura. Segundo Loriga e Revel (2022, p. 18-19), White foi considerado o herói fundador do giro linguístico – apesar de repetidas negações de sua parte, pois sua *Meta-história* (1973) esteve na origem de um vasto e vivo debate.³ Embora suas propostas tenham se transformado ao longo do tempo, ele ter-se-ia mantido fiel à ideia de que o texto histórico é uma construção literária (Loriga; Revel, 2022, p. 18-19). Ao contrário do que foi colocado por algumas caricaturas, no entanto, ele não teria negado a existência da realidade, a qual nem era um problema abordado por ele (Loriga; Revel, 2022, p. 19).

Para esta análise, procura-se inserir Zaidan Filho nas disputas institucionais características do processo de invenção da historiografia brasileira. Preocupado com a geografia e a memória (in)disciplinar, este trabalho de história da historiografia pretende (in)discipliná-la ao desnaturalizar e historicizar seus protocolos de regulação por seus pares ou comunidade de sentido: os historiadores profissionais e acadêmicos. Dessa forma, enfoca-se o uso do conceito de crise como produto de uma política do tempo⁴ e da memória disciplinar para diagnosticar a historiografia brasileira e para dar um prognóstico, com a prescrição de protocolos disciplinares e regulatórios. Nesse sentido, a elaboração de uma

² Segundo eles, o legado epistemológico da Modernidade ao século XX poderia ser esquematicamente dividido em duas tradições: a fenomenológica-hermenêutica e a neo-historicista ou pós-moderna.

³ Cezar (2015, p. 441) também menciona White como um dos principais nomes do giro linguístico.

⁴ Políticas do tempo são atos ilocucionários – operações de caráter performativo – sobre as estruturas temporais das práticas sociais. Tendo intenções conservadoras ou transformadoras, elas definem ou borram limites temporais entre passado, presente e futuro, e estabelecem identidades e alteridades ou exclusões sincrônicas e diacrônicas (Ávila, 2016, p. 190, 193; 2021, p. 102, 105; Mudrovic, 2019; Osborne, 1995, p. XII; Ramalho, 2023, p. 10-12).

retórica da crise, problematizando o que foi chamado de historiografia moderna e, principalmente, de historiografia pós-moderna, pode ser entendida como produto de uma crítica historiográfica epistemológica e ético-política.

Entende-se por geografia (in)disciplinar a “especialização do saber histórico”, bem como “a constituição das hierarquias de espaços e lugares de inscrição e produção do discurso histórico” (Santos, 2018, p. 24) em suas relações de aproximação e afastamento com outras disciplinas. Para Araújo e Rangel (2015, p. 234), a História da Historiografia (HH) é uma “abordagem global do humano com particular atenção às estruturas existenciais da temporalidade”, a qual acaba por “fabricar, por redução, objetos identitários e orientações práticas para a realização de nossa necessidade de operar sobre o mundo e os outros” e formar “tecnologias de identidade, orientação, entretenimento histórico”, entre outros.

A memória (in)disciplinar, por sua vez, é entendida aqui como “um dado modo de temporalização do discurso histórico” nessas relações com outros campos. Essa memória é definida a partir da “relação que o historiador e o discurso por ele produzido em um dado momento e lugar estabelecem com o seu passado, o seu presente e as suas expectativas de futuro” (Santos, 2018, p. 24). O conceito de memória disciplinar utilizado por Santos (2018) foi elaborado por Turin (2013) a partir das reflexões de Manoel Salgado Guimarães. A memória disciplinar e, conseqüentemente, a história da historiografia produzem identidades profissionais e efetuam exclusões (Turin, 2013. p. 81-82, 86, 91-92; Oliveira; Gontijo, 2016, p. 32). As narrativas produzidas pela memória disciplinar, por sua vez, frequentemente remetem a formas sedimentadas ou tradicionais de produzir história e o enfrentamento delas a partir de novos conteúdos da experiência.

Articula-se essa percepção da contestação das tradições historiográficas com os deslocamentos geracionais da memória apontados por Verovšek (2016, p. 10-11), uma vez que esses questionamentos podem estar relacionados a uma diferença entre gerações. Outra possibilidade, demonstrada por Santos (2018), é o questionamento de uma tradição e de memórias disciplinares a partir de outros lugares de produção, disputando a configuração da geografia disciplinar. No caso do embate entre os historiadores da *Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)* e da *Universidade de São Paulo (USP)* pela memória disciplinar, por exemplo, os dois elementos – geracional e espacial – estão presentes (Santos, 2018, p. 54-56). A história da historiografia seria, então, o campo da pesquisa histórica preocupado com a memória disciplinar (Turin, 2013, p. 79-81, 86, 92).

A noção de (in)disciplina é utilizada, portanto, como forma de desnaturalizar, desfeticizar, historicizar, questionar e enfrentar princípios, protocolos e tradições regulatórios e disciplinares. Essa postura autorreflexiva e autocrítica possibilitaria transformar a identidade historiadora ao reconhecer as lutas humanas em que a historiografia emerge, analisando os meios de construção de seu cânone para reconsiderá-lo. Isso viabilizaria politizar o tempo e conviver com sua heterogeneidade em vez de domesticá-lo (Ávila; Nicolazzi; Turin, 2019, p. 12-14; Ávila, 2019, p. 26-27, 35-39, 45). O termo (in)disciplina também é usado para lembrar o paradoxo da interdisciplinaridade, ou seja, a tensão entre disciplinarização e interdisciplinaridade: por um lado, esta pressupõe aquela; por outro, há formas de disciplinar a interdisciplinaridade de modo a controlar as trocas e intercâmbios entre os campos sedimentados dos saberes (Rodrigues, 2019, p. 76-78, 80; Rodrigues; Mudrovcic; Avelar, 2021, p. 26-28).

Mesmo na historiografia acadêmica e disciplinada, seria possível identificar elementos contrabandeados de outras formas de representação temporal, como a política, a arte e a religião: “Ao tornar esse discurso seu objeto de análise, a HH ampliou nossa capacidade de identificar alguns desses ‘contrabandos’, mas chegou a um impasse em relação aos efeitos dessas descobertas no projeto historiológico, ou seja, da ciência e tecnologias históricas” (Araujo; Rangel, 2015, p. 324-325). A transgressão crescente das fronteiras, com a mistura de formas e estilos, bem como o surgimento de gêneros textuais híbridos seria, inclusive, uma das três temáticas do pós-modernismo segundo Loriga e Revel (2022, p. 25, 27-28).

Diante disso, por um lado, haveria aqueles que buscariam uma purificação do discurso histórico com a exclusão desses elementos contrabandeados. Haveria também aqueles que, por outro, defenderiam uma democratização do discurso histórico a partir da equivalência das diversas formas de representação temporal. Vejamos como Michel Zaidan Filho se posiciona diante dessa questão.

À margem do campo, o protagonista escolhido para esta história

Michel Zaidan Filho é um acadêmico marxista brasileiro, atualmente aposentado como professor da *Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)*. Oriundo de uma família que atuava no comércio e tendo ascendência libanesa, Zaidan Filho nasceu em Garanhuns

(Pernambuco), em 1951 (Zaidan Filho, 2015, p. 3). Após graduar-se em Filosofia pela *Universidade Católica de Pernambuco (Unicap)*, em 1974, especializou-se na História do Movimento Operário brasileiro na Primeira República. Foi orientado por Ítalo Arnaldo Tronca na *Unicamp* durante o mestrado, concluído em 1982, e por Edgard Carone no doutorado na *USP*, concluído em 1986. Na época, era comum que historiadores que fizeram o mestrado na *Unicamp* seguissem para o doutorado na *USP*, pois o doutorado só foi criado em 1984 na primeira⁵ (Santos, 2018, p. 60). Enquanto sua dissertação abordava a política de governo e o sindicalismo reformista no Rio de Janeiro entre 1923 e 1926, sua tese enfocava a relação entre o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e a Internacional Comunista de 1922 a 1929 (Zaidan Filho, 1981; 1986).

Ao concluir a graduação em Filosofia, antes mesmo de se especializar na História do Movimento Operário na Primeira República, Zaidan Filho fora indicado para ministrar o curso de introdução aos estudos históricos na própria *Unicap*. Enquanto cursava a pós-graduação, entre 1980 e 1986, foi professor na *Universidade Federal da Paraíba (UFPB)*, a qual deixou para lecionar na *UFPE*. Em 1988, foi professor visitante na *Universidade de Brasília (UnB)*.

Desde seu ingresso na *UFPE*, em 1986, atuou paralelamente no programa de pós-graduação em ciência política (Zaidan Filho, 2023). Por decisão do colegiado, foi desvinculado do programa de pós-graduação em História dessa universidade,⁶ mas persistiu como professor de Teoria da História na graduação, pois essa seria sua especialidade. Em sua entrevista ao *CPDOC-FGV*, ele afirmou:

⁵ A pós-graduação da *Unicamp*, no entanto, foi criada por historiadores que fizeram sua formação na *USP* e buscaram se diferenciar desta, disputando a configuração da geografia disciplinar com uma retórica da renovação da historiografia brasileira a partir do uso conjunto do pensamento de Michel Foucault e Edward Palmer Thompson como referências (Abreu, 2012; Ramos, 2014, Santos, 2018).

⁶ As últimas orientações na história a nível de pós-graduação registradas foram concluídas em 1995. Dessa forma, a atuação de Zaidan Filho como historiador acadêmico teria ocorrido entre 1977, seu ingresso em um curso de mestrado na *UnB*, e 1995, quando possivelmente foi afastado da pós-graduação em História na *UFPE*. O mestrado na *UnB* não foi concluído, pois o intelectual marxista foi expulso da universidade por participar de uma greve estudantil em 1977, durante a Ditadura Militar, o que teve um grande impacto na sua perspectiva crítica sobre esse período da história política brasileira. Embora atividades de ensino na pós-graduação em direito não constem no seu vínculo institucional descrito no seu currículo presente na plataforma *Lattes*, há registros de orientações nessa área com datas a partir de 2010 (Zaidan Filho, 2023). Em sua entrevista ao *CPDOC*, Zaidan Filho (2015, p. 22) se refere apenas a alegações dos colegas do corpo docente de que ele teria muitos conflitos, relatando especificamente alguns com a então coordenadora do Programa de Pós-Graduação em História da *UFPE*.

[...] na graduação continuei como professor de Teoria da História. Continuei, mesmo. Fiz questão de ir até o fim. [...] Tenho livros publicados sobre Teoria da História. Tenho um longo, um longo período de professor. [...] E fiquei e permaneci até o fim como professor de Teoria da História, dando aulas, orientando, publicando, fazendo seminários e tal, etc. Nunca deixei de fazer isso não, porque a gente não ensina aos professores, ensina aos alunos (Zaidan Filho, 2015, p. 23).

Embora ele destaque que tenha sido concursado para dar aulas de Teoria da História, cabe lembrar que, durante a pós-graduação, tanto no mestrado quanto no doutorado, ele estudou a História do Movimento Operário. Sua afeição pela Teoria da História tem relação com sua área de formação na graduação, a Filosofia:

A Filosofia nos preparou para a História, a Política, a História, etc. Mas é uma formação que eu nunca abandonei na minha vida. Eu sou professor de Teoria da História. Então nunca abandonei a Filosofia. Nunca. Nunca, nunca, nunca. Ainda hoje leio muito Filosofia e incentivo os alunos a lerem muito Filosofia. Nietzsche, Hegel, Marx, Ludwig Feuerbach, todos eles, diga-se de passagem, mas sempre a Filosofia. Leio Benjamin, por exemplo. Sempre a Filosofia está comigo, sempre. E ainda quis voltar a ensinar Filosofia. Aliás, eu cheguei a ensinar na pós-graduação de Filosofia, aqui na Universidade Federal, uma época – Pensamento Social Moderno e Contemporâneo. E gostaria de voltar. Gostaria de abandonar tudo e voltar a ensinar Filosofia. Estudar e ensinar Filosofia (Zaidan Filho, 2015, p. 5).

Nesse momento da entrevista, ele destaca o papel desse campo – que nunca teria abandonado – na sua formação. Para isso, lista alguns autores que costuma ler, estabelecendo uma tradição, ou cânone, que inclui Nietzsche, Hegel, Feuerbach, Marx e, finalmente, Benjamin. Destaca-se que a Teoria da História, para Zaidan, está estreitamente ligada à Filosofia, uma relação que parece pressuposta e inevitável. Por fim, manifesta um anseio por voltar a lecionar na área. O desejo de estudar Teoria da História e Filosofia foi retomado ao narrar o desligamento da pós-graduação em história e a transição para a ciência política:

[...] o que eu queria mesmo era ser um bom professor de Teoria da História. Estudar Filosofia, escrever artigos de Filosofia e tal. Eu só queria isso, não queria mais nada, não. Mas por conta dessa minha ida para Ciência Política, eu virei outra coisa bem diferente. Porque há também uma particularidade, não é? Eu não sou um professor de sala de aula e nem de gabinete. Eu tenho uma vida pública, aqui, em Pernambuco, não é? (Zaidan Filho, 2015a, p. 25).

Dessa forma, teria sido sua vida pública⁷ em Pernambuco e a transição da pós-graduação em história para a ciência política que o teriam levado a outros caminhos, tornando-o uma “coisa bem diferente” e marcando a sua identidade de historiador (Falcon, 1996) com essa especificidade. Devido à sua especialização na História do Movimento Operário e sua experiência política,⁸ Zaidan Filho já desenvolvia essas reflexões desde 1976, pelo menos, contribuindo para que a sua crítica historiográfica assumisse um caráter ético-político a partir de intercâmbios entre a atuação política e a prática historiográfica. Nesse sentido, ele reagiu às mudanças historiográficas ocorridas no Brasil a partir da década de 1980 com o uso do conceito de crise e a elaboração de uma retórica da crise da história.

Sendo um *outsider* do campo da Teoria da História, a crítica historiográfica de Zaidan Filho foi pouco referida nos anos 1990 (Fico, 1994; Fico; Polito, 1992), embora a retórica da crise tenha sido empregada desde então. Ao que parece, seu trabalho passa a figurar entre as referências de historiadores na década de 2010, notadamente em trabalhos de história da historiografia (Abreu, 2012; Cezar, 2015; Santos, 2018; Passos, 2022). Entendo que um dos fatores para esse esquecimento foi a marginalização do marxismo na memória e na geografia disciplinar, um processo correlato ao uso do conceito de renovação, em vez de crise, como operação política sobre o tempo predominante na história da historiografia brasileira.

Recentemente, por exemplo, Maia (2010, p. 352, 376-377; 2018, p. 51) contestou a existência de uma crise da história, defendendo que essa experiência significaria, na verdade, uma crise dos historiadores, ou seja, um sentido de crise fabricado por eles diante do desafio semiológico, ou giro linguístico, em cena desde os anos 1970 com o pós-estruturalismo. Dessa forma, a crise de paradigmas decorreria de uma crise dos referenciais conceituais naturalizados anteriormente entre os historiadores (Maia, 2010, p. 354, 377). Loriga e Revel (2022, p. 13, 17-18) ainda associam essas incertezas ao crescimento da

⁷ Com isso, refiro-me à publicação de artigos em *sites* e *blogs* de crítica política – contando com 385 artigos no Brasil 247 (2024), por exemplo – e à participação em debates promovidos por sindicatos, outras organizações políticas e jornais. Ele chegou, inclusive, a ser processado por criticar ex-governadores de Pernambuco, como Paulo Câmara e Jarbas Vasconcelos, o que chegou a ser noticiado pelo *G1* (2015). Há também notícias, no *Diário de Pernambuco* (Aguiar, 2021; Tiago, 2022), da publicação de seus livros.

⁸ Segundo relato do próprio Zaidan Filho (2015, p. 7, 11-12), ele foi militante do PCB durante algum tempo não especificado entre 1980 e 1984, embora tivesse iniciado sua atividade política por volta de 1976, quando foi aluno de pós-graduação na *UnB*. Essa atuação política, principalmente no PCB em Campinas, teve um papel fundamental para sua formação marxista, tendo em vista que, durante o mestrado, assumiu uma posição em defesa do movimento comunista brasileiro e em oposição à revalorização das experiências anarquistas na historiografia brasileira que era empreendida na *Unicamp*.

disciplina com a multiplicação e a diversificação dos domínios de pesquisa, bem como novas formas de especialização. Nesse momento, surgiram questionamentos autorreflexivos da própria historiografia, em confronto com a Antropologia, a Sociologia, a Economia e os Estudos Literários, entre outros campos, os quais, em contrapartida, davam-se conta da historicidade dos fenômenos por eles pesquisados. Diante disso, o sentimento compartilhado pela comunidade, apenas aparentemente paradoxal, era de uma crise ou de desestabilização (Loriga; Revel, 2022, p. 12-15, 19-20, 31). A seguir, analiso o uso do conceito de crise por Michel Zaidan Filho como uma política do tempo, visando mobilizar os historiadores brasileiros a uma reação contra o giro cultural e linguístico.

O conceito de crise como política do tempo: inquietudes epistemológicas com os giros cultural e linguístico

Ao interrogar-se sobre o inacabamento do propósito de emancipação encampado pela razão iluminista e sobre o advento da pós-modernidade, com base nas reflexões de Jürgen Habermas, Zaidan Filho (1989, p. 27; 2017, p. 54) diagnosticou uma “profunda crise de paradigma nas ciências”, a qual seria inegável. Também reconheceu a responsabilidade do legado modernista em muitos dos desafios encarados pela humanidade. Essa crise derivaria dos “impasses da própria modernidade” e anunciaria sinais “da emergência (ou da necessidade, quando menos) de novos paradigmas para o pensamento e a sociedade ocidentais”. Na nota de rodapé e na terceira nota final presentes, respectivamente, nas coletâneas *A Crise da Razão Histórica* (1989) e *Reflexões sobre a História* (2017), o crítico racionalista sugeriu uma edição argentina do livro *Teoria da Ação Comunicativa* (1981), de Habermas. Segundo a nota presente no primeiro livro, esse trabalho habermasiano apresenta o “projeto de construção de uma nova racionalidade (comunicativa) distinta da razão estratégica ou instrumental” até então “vigente na cultura ocidental” (Zaidan Filho, 1989, p. 27).⁹

Zaidan Filho (1989, p. 29-36; 2017, p. 56-64) examinou, então, a teoria benjaminiana da alegoria e o recurso à citação e à intertextualidade, valendo-se da relação entre a memória (voluntária e involuntária), a experiência coletiva – oposta à vivência individual – e a salvação messiânica. Após essa análise, ele concluiu que esses recursos poderiam ser

⁹ A descrição do projeto habermasiano de uma razão comunicativa foi retirada da publicação de 2017.

“recrutados por uma modalidade de racionalismo crítico”, de modo “a contribuir para diagnosticar a crise (ou os limites) do pensamento moderno (e da própria modernidade)” e a “construir um novo paradigma para a razão depurado de resíduos ideológicos e irracionais. Essa, sim, é que seria a nova historiografia de verdade” em seu ponto de vista. Isso seria mais importante do que o fato de esses recursos serem ou não “características de uma (nova) história ‘pós-moderna’”.

Fica evidente aqui que o conceito de crise é performativo e contíguo à experiência temporal de emergência que se expressa na historicidade kairológica. Nesse sentido, o uso do conceito de crise não é neutro ou ocasional, mas é feito de forma a agir sobre o próprio tempo, instaurando um *kairós*: um momento oportuno para a ação (Ramalho, 2022). Esse conceito foi usado pelo historiador marxista, portanto, em uma operação sobre o tempo para mobilizar outros historiadores marxistas brasileiros a reagirem com urgência às mudanças historiográficas que ocorreram a partir da década de 1980, notadamente: os giros cultural e linguístico.¹⁰ Isso seria feito com a adesão à proposta habermasiana de uma razão comunicativa, à qual se submeteriam os recursos benjaminianos da alegoria e da citação.

Em relação às operações de Zaidan Filho e às políticas do tempo em que se inserem, destaca-se a suspeição da novidade do diálogo entre História e Antropologia.¹¹ Pelo contrário, ele valoriza a novidade de uma apropriação dita racionalista da teoria benjaminiana. Essa valorização da novidade é, de acordo com Osborne (1995, p. XII), “produto de uma dinâmica temporal de autonegação constante”, característica da modernidade enquanto “forma de tempo histórico”. Modernidade e pós-modernidade, “como marcadores de períodos, movimentos, formas ou estilos cronologicamente distintos e empiricamente identificáveis” são, na verdade, “categorias de autoconsciência histórica”, cuja “lógica conceitual mais profunda” é a de uma “totalização histórica que levanta questões sobre a natureza do próprio tempo” (Osborne, 1995, p. VIII).

Ressalta-se que Zaidan Filho (1989, 2017) remontou a crise da história a três debates (históricos) articulados pela Teoria da História: a tensão entre razão e experiência, a relação

¹⁰ Apesar de Zaidan Filho não empregar os termos “virada cultural”, “giro linguístico” ou correlatos em momento algum, os debates intelectuais em que ele se inseriu evidenciam suas inquietações com essas mudanças historiográficas.

¹¹ Os *Ensaio Racionalistas* (1988) de Ciro Cardoso consistem na primeira crítica historiográfica às mudanças que ocorreram no campo disciplinar brasileiro a partir do final da década de 1970 e, principalmente, na década de 1980. Na década de 1990, há os trabalhos de historiadores como Jacob Gorender, Sílvia Petersen, Carlos Fico, Ronald Polito, Astor Antonio Diehl, Emília Viotti da Costa, Francisco Falcon e Astor Antônio Diehl (Abreu, 2012; Cezar, 2015; Maia, 2010; 2018; Ramos, 2014; Santos, 2018).

entre realidade e linguagem, e a ênfase retórica ou probatória. Ao historicizar a Teoria da História com enfoque no problema da “representação discursiva do passado”, Zaidan Filho (2017, p. 19) afirmou que a “verdadeira crítica da razão histórica só surge em meados do século dezenove, com o questionamento do paradigma naturalista popularizado pelo Positivismo, e que pretendia estender às ciências humanas o modelo das ciências naturais”. Com essa operação, ele remete o debate sobre a linguagem ao século XIX, estabelecendo-o como um marco que separaria a “infância metodológica dos estudos históricos” e sua maturidade. A crítica da razão histórica positivista teria surgido a partir da hermenêutica, segundo Zaidan Filho (2017, p. 19), para quem “a escola alemã representada por Wilhelm Dilthey” (1833-1911) teria reagido a esse “naturalismo ingênuo” ao propor “uma separação radical entre as ciências naturais e a sua pretensão nomológica e universalizante, e as ciências hermenêuticas preocupadas – sobretudo – em estabelecer o significado da experiência humana, em todas as épocas”. Sua contribuição, contudo, só teria sido “devidamente avaliada” com a “crise da modernidade [...] e da racionalidade instrumental”, que teria atingido “a razão iluminista” com “sua pretensão nomológica” e “os pais fundadores do pensamento social moderno: Durkheim, Weber e Marx”. Isso teria possibilitado o surgimento de “uma historiografia inspirada na vontade de poder” e outra “preocupada com a dimensão simbólica da História e a Utopia”.

Nas operações empreendidas por Zaidan Filho (1989, p. 20), essa tensão característica da historiografia no fim do século XX remonta à tradicional polarização entre “razão e vida, experiência imediata e abstração, atualidade e história”.¹² Essa operação recorre, portanto, ao princípio tradicional de constituição narrativa de sentido, em que o tempo é negado como mudança e experienciado como eternidade ou continuidade (Rüsen, 2007, p. 48-50).¹³ Contudo, tratar-se-ia, conforme o acadêmico racionalista de uma atualização da querela entre uma perspectiva experiencial ou cíclica e outra, providencialista, num cenário “de uma profunda *crise da modernidade* – em grande parte

¹² Em outras épocas, os combatentes seriam, segundo Zaidan Filho (1989, p. 20), Agostinho de Hipona (354-430) e Tomás de Aquino (1225-1274), Nicolau Maquiavel (1469-1527) e Giambattista Vico (1668-1744), Augusto Comte (1798-1857) e Wilhelm Dilthey (1833-1911), Karl Marx (1818-1883) e Søren Kierkegaard (1813-1855).

¹³ É necessário ressaltar, contudo, que a preocupação meta-histórica de Rüsen é com as formas de representação do saber histórico, não com a sua performatividade, diferentemente da abordagem sobre as políticas do tempo. Entende-se aqui, entretanto, que a constituição narrativa de sentido não é apenas uma forma de representar o saber histórico, mas uma forma de agir sobre o tempo, definindo ou borrando seus limites.

fruto das contradições do capitalismo monopolista de Estado e do socialismo realmente existente” (Zaidan Filho, 1989, p. 20, grifo do autor). Ele se viu “diante de um novo irracionalismo”, iniciado em 1968 e fruto da “barbárie cultural produzida pelo regime militar” e “da retomada última da crítica cultural nietzscheana” (Zaidan Filho, 1989, p. 37). Assim, embora reconheça a presença de um debate passado, experienciando o tempo de forma tradicional, ele opera uma cesura entre passado e presente, cujo ponto de distinção seria o ano de 1968. Essa operação, diversamente, recorre ao princípio crítico de constituição narrativa de sentido, em que o tempo é experienciado como ruptura e torna-se julgável (Rüsen, 2007, p. 55-58).

Em relação à representação do passado, ele diferencia profundamente duas perspectivas. Uma é a “concepção estratégica do discurso histórico” da “história das representações discursivas”, empreendida por Michel Foucault (1926-1984), a qual teria esvaziado “o universo da linguagem de toda e qualquer pretensão de validade cognitiva, moral ou expressiva, ao transformar a narrativa numa mera racionalização de um imperativo de poder”. A outra seria a “Teoria da Ação Comunicativa”, de Jürgen Habermas, a qual tomaria “a linguagem como meio, por excelência, do esclarecimento e da emancipação” (Zaidan Filho, 2017, p. 20).

Embora ambas tenham a superação das “contradições e lacunas do velho pensamento iluminista” como intenção,¹⁴ “erigindo a linguagem em meio fundamental de compreensão da realidade”, Foucault privilegiaria “os imperativos de poder”, enquanto Habermas enfocaria “as pretensões de validade do discurso filosófico e o processo argumentativo” (Zaidan Filho, 2017, p. 20-21). Para este último, “o conceito mesmo de cotidianidade tem uma importância estruturadora para a História, mas apenas como uma construção de atos de fala comunicativos” (Zaidan Filho, 2017, p. 21).

Dois movimentos se destacam nessa análise do crítico marxista. O primeiro é uma operação temporal de diferenciação diacrônica entre o “velho pensamento iluminista”, que é desvalorizado, e as novas teorias da história. O segundo é uma diferenciação sincrônica das novas teorias da história, em que Foucault e Habermas seriam representantes de formas distintas de representar o passado, sendo a arqueo-genealogia foucaultiana preterida em

¹⁴ Segundo Loriga e Revel (2022, p. 19-20, 22-23), ambos Foucault e Habermas seriam referências para o giro linguístico, sendo a arqueologia do saber foucaultiana uma das principais. Sousa (2017, p. 168), por sua vez, referenciou Cezar (2015) para responsabilizar Foucault pelo desuso do conceito de ideologia e pela forma como o giro linguístico ocorreu no Brasil.

relação ao racionalismo habermasiano – uma escolha que teve como base os valores construídos na formação marxista do acadêmico brasileiro.

Além da crítica hermenêutica de Dilthey, ao que o intelectual marxista chamou de positivismo e naturalismo, René Descartes (1596-1650) e Friedrich Nietzsche (1844-1900) também foram elencados como fundadores da “suspeita metódica”, como cânone da historiografia moderna”. Nessa operação, os dois primeiros teriam preparado “o terreno para aquele que consagraria, na nossa época, a retórica como linha mestra dos estudos históricos”: Nietzsche, que teria inaugurado “o nominalismo da filosofia moderna” quando questionou “o fundamento ontológico do mundo histórico” e colocou “as assertivas morais, científicas ou históricas, no marco de uma filosofia da vontade se [sic] poder”. Com ele, a retórica vingar-se-ia da prova, colocando novamente “as estratégias discursivas no primeiro plano da teoria. Estratégias sempre a serviço dos imperativos de poder” (Zaidan Filho, 2017, p. 24).

No período contemporâneo, marcado – aliás – por uma profunda crise da razão e carente de outros paradigmas teóricos, esse duelo entre a prova e a retórica estaria representado pelos nomes de Michel Foucault e Carlo Ginzburg. O primeiro se inspiraria abertamente em Nietzsche e no legado dos sofistas, ao evacuar do campo das práticas discursivas qualquer sinal de realidade ou referência externa. O segundo procuraria resgatar Aristóteles, mas – sobretudo- o da retórica, corrigindo o entusiasmo do filósofo grego pelo conhecimento virtual e fictício dos poetas e artistas (Zaidan Filho, 2017, p. 24).

O historiador racionalista operou novamente sobre o tempo ao situar a obra de Nietzsche como marco de separação entre o passado e o “período contemporâneo” – a “nossa época”, em que a retórica seria a “linha mestra dos estudos históricos”. Simultaneamente, aproximou os dois tempos pela continuidade do “duelo entre prova e retórica”. Dessa forma, foi possível estabelecer uma continuidade entre Foucault, Nietzsche e os sofistas (sécs. V e IV a.e.c.), por um lado, e, por outro, entre Ginzburg e Aristóteles (384-322 a.e.c.). O tempo presente, no entanto, diferenciar-se-ia do passado por “uma profunda crise da razão”, pela carência “de outros paradigmas teóricos” e pelos representantes desse duelo entre retórica e prova: Foucault e Ginzburg. O conceito de crise foi usado novamente aqui para abreviar o tempo¹⁵ e mobilizar os historiadores a reagirem com urgência, dessa

¹⁵ Ramalho (2022), fundamentando-se nas reflexões de Giorgio Agamben, aponta o *kairós* como um *cronos* abreviado.

vez à ênfase retórica e à carência “de outros paradigmas teóricos” da historiografia na “nossa época”.

Cabe lembrar que Zaidan Filho (1989, p. 27) já havia denunciado a microfísica do poder de Foucault como uma “‘ciência’ ‘pós-moderna’”. Contudo, ele não teria sido o primeiro ou único a aprofundar “‘crise da razão’” ao associá-la “às artimanhas do poder”. Antes do intelectual francês, Antonio Gramsci e os intelectuais frankfurtianos já teriam abordado o poder como fenômeno descentralizado no corpo social.¹⁶ Além disso, o impacto do pensador francês sobre a “vaga irracionalista” vigente então na Cultura Ocidental seria muito maior e no campo da História” segundo Zaidan Filho (1989, p. 20).

Ginzburg, pelo contrário, realçando “a importância da prova nos estudos históricos” e denunciando seu nominalismo, “atingiria Hayden White e Michel Foucault”,¹⁷ segundo Zaidan Filho (2017, p. 24). O pernambucano buscou diferenciar “o realismo de Ginzburg” – “moderado, conjectural, hipotético e individualizante” – “da modalidade positivista do passado”, operando outra cesura temporal em que se valoriza uma nova forma de realismo. Cabe lembrar que Zaidan Filho (1989, p. 74) já havia elogiado Ginzburg pelo “excelente exercício de crítica metodológica da chamada ‘história das mentalidades’” e pela “dura e pertinente crítica ao ‘irracionalismo’ estruturalista de M. Foucault” presentes no prefácio à edição italiana de *O Queijo e os Vermes*.¹⁸

Diante desse cenário, é preciso compreender, como Santos (2018, p. 245, 250), que a crítica a essas referências estrangeiras se tratava de uma estratégia para desqualificar e deslegitimar as bases epistemológicas e teórico-metodológicas sobre as quais se apoiavam os historiadores, notadamente unicampistas e uspianos, que buscavam se afirmar contra a velha guarda marxista como renovadores da historiografia brasileira. Essas disputas se

¹⁶ Embora o marxista brasileiro reconheça a existência de uma “radical diferença entre as formulações gramscianas e as da chamada ‘Escola de Frankfurt’”, ele não a identifica em seus textos (Zaidan Filho, 1989, p. 18).

¹⁷ Loriga e Revel (2022, p. 11, tradução própria) situam Ginzburg entre aqueles que denunciaram e perseguiram obstinadamente “os riscos de uma nova sofística e do relativismo cético”, como Thompson, Stone e Arnaldo Momigliano. [No original] “des risques d’une nouvelle sophistique et du relativisme sceptique” (Loriga; Revel, 2022, p. 11). Cezar (2015, p. 443), por sua vez, analisa brevemente a querela entre Ginzburg e White.

¹⁸ Zaidan Filho (1989, p. 23, 74) também comparou Ginzburg com os historiadores vinculados aos *Annales*, considerando-o também um historiador das mentalidades, embora reconheça a crítica do historiador italiano à análise interclassista suposta pelo uso da noção de mentalidade. As críticas de Ginzburg a Foucault, as diferenças metodológicas entre os dois e o uso do rótulo de estruturalista como forma de desqualificar o pensamento de Foucault foram descritos por Ramos (2014, p. 148-160, 169-173) em sua tese sobre a apropriação do filósofo francês e de Edward Palmer Thompson pela historiografia brasileira na década de 1980.

inscrevem, portanto, nas políticas sobre a configuração da geografia e da memória (in)disciplinar da historiografia brasileira.

Políticas na configuração da geografia e da memória (in)disciplinar da historiografia brasileira

No que se refere a historiadores brasileiros, o livro *Ensaio Racionalistas* (1988), de Ciro Flamarion Cardoso, foi mobilizado por Michel Zaidan Filho (1989, p. 24, 74) como a primeira referência crítica às novas teorias e metodologias da historiografia brasileira. Com base nesse diálogo, o marxista atuante na UFPE reprovou a substituição da economia pela mentalidade como infraestrutura social, assim como abordagens em que a esfera cultural da vida social está dissociada de outras. Ele também desqualificou a aproximação com a Antropologia como uma “obsessão”. À carência de uma teoria social, os historiadores dos *Annales* responderiam com a interdisciplinaridade, um uso eclético e aleatório de elementos de outros campos do saber, como a Sociologia, a Economia e a Demografia.

Zaidan Filho teria buscado se diferenciar de Cardoso, no entanto, ao adotar a postura de um interlocutor com historiadores da cultura que não profanassem a razão moderna (Cezar, 2015, p. 250). A suposta insistência de Cardoso em assumir velhos pressupostos marxistas, tais como o materialismo dialético e as teorias dos modos de produção e do reflexo, também foi reprovada por Zaidan Filho (1989, p. 24, 85). Da perspectiva do crítico frankfurtiano, as análises do outro marxista careceriam de uma teoria da crise da modernidade. Outra diferença entre Ciro Cardoso e Zaidan Filho é que o segundo nomeou os historiadores que foram alvos de suas críticas, ao contrário do primeiro (Santos, 2018, p. 253).

De um lado, Ciro Cardoso¹⁹ disputava, a partir da *Universidade Federal Fluminense (UFF)* e da *Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)*, a possibilidade de falar em nome da historiografia brasileira, ou seja, a configuração da geografia (in)disciplinar

¹⁹ Ciro Flamarion Cardoso fez sua graduação na *Universidade Federal do Rio de Janeiro (UF RJ)* e o doutorado na *Universidade Paris X – Nanterre*, tendo atuado em diversas universidades latino-americanas. Segundo Santos (2018, p. 236), ele “foi um dos primeiros historiadores brasileiros a se dedicar às discussões de ordem teórico metodológica sobre o conhecimento histórico e o fazer do historiador no Brasil. Publicando desde finais da década de 1970 manuais que discutiam tais temas e procuravam apontar para os estudantes de história os caminhos da metodologia do conhecimento histórico, partindo sempre de uma perspectiva teórica marxista” (Santos, 2018, p. 236).

nacional (Santos, 2018, p. 236, 238-239). De outro, Zaidan Filho, que havia feito sua formação em universidades paulistas (*Unicamp* e *USP*), realizava essa disputa a partir da *UFPE*, outro lugar marginalizado pela historiografia paulista²⁰ e referido como regional (Santos, 2018, p. 252-253, 257-258, 265). Ambos assumiam uma postura teórico-metodológica baseada no marxismo, o qual tinha um papel central em sua identidade de historiador, mas que começava a ser marginalizado pelo uso do conceito de renovação para se referir à historiografia brasileira. Enquanto na memória disciplinar da *Unicamp* predomina o recurso aos pensamentos de Edward Palmer Thompson e Foucault, na *USP*, a referência principal é a *nouvelle histoire* (terceira geração dos *Annales*), embora esses intelectuais estrangeiros tenham sido empregados nos trabalhos de ambas as instituições e de outras (Santos, 2018, p. 242-245).

Ao fazer um pequeno retrato da perspectiva semiológica assumida pelos teóricos do pós-modernismo e suas consequências epistemológicas para o campo da história, Zaidan Filho (1989, p. 28-29; 2017, p. 54-56) criticou a tese *Literatura como Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*²¹ de Nicolau Sevcenko. A reprovação do crítico marxista tinha como motivo a identificação de Walter Benjamin como um teórico “precursor da historiografia ‘pós-moderna’”, que tematizaria a falta de sentido dos fragmentos da história. Essa interpretação de Sevcenko estaria baseada nos recursos benjaminianos à alegoria e à citação. No que se refere à apropriação da teoria benjaminiana da história, Zaidan Filho (1989, p. 25, 39-40) também criticou seu uso elíptico e indireto em *O Silêncio dos Vencidos* (1981),²² de Edgar Salvadori De Decca. O acadêmico marxista denominou “nominalismo” essa forma de apropriação do pensamento de Benjamin, caracterizando-a pela incognoscibilidade do mundo histórico ao ser associado à coisa-em-si kantiana. Na leitura do intelectual marxista, De Decca teria colocado Benjamin e Foucault em diálogo numa “apologia orgiástica do sem-sentido” em que se depreciava a razão histórica. Assim, a chamada nova historiografia brasileira seria marcada pelo emprego da obra benjaminiana em estudos sobre a literatura, os meios de comunicação de massas e a história política e sindical do país (Zaidan Filho, 1989, p. 24-25).

²⁰ Na época, a historiografia produzida em São Paulo hegemonizava a *Associação Nacional de História (ANPUH)* e sua *Revista Brasileira de História (RBH)*, afirmando-se nacional com a categoria historiografia brasileira (Santos, 2018, p. 50-87).

²¹ A tese de Sevcenko foi publicada como livro em 1983, dois anos após sua defesa na *USP*.

²² O livro deriva da tese *Dimensões históricas do insucesso político*, defendida por De Decca em 1979 na *USP*.

Em sua entrevista ao *CPDOC-FGV*, o intelectual marxista relatou ter conhecido De Decca antes de ele ser professor:

Quando conheci o De Decca, ele não era nem professor ainda da Unicamp [...]. Ele não era ainda professor nem tinha acabado a tese, também. Primeira vez que o De Decca se apresentou com aquele trabalho dele foi na Sbpc de 1976 na UnB, eu era aluno da UnB, junto com um outro, eram dois. E esse trabalho foi publicado na Revista Parafuso, uma revista que tinha lá. Chamava-se “A Revolução do Vencedor”, o nome do trabalho. Depois de muito tempo essa tese saiu. Ele ganhou uma introdução, prefácio da Marilena Chauí. Curiosamente, tinha uma epígrafe do Benjamin, “escrever a história a contrapelo”, uma das teses. Mas não tinha nada de benjaminiano, naquele trabalho não tinha. Tinha mais de foucaultiano do que benjaminiano. Tinha não. Era uma concepção de memória, contramemória e tal, que não tinha nada da visão benjaminiana, apesar do prefácio (Zaidan Filho, 2015, p. 17).

Em sua narrativa, o professor da *UFPE* buscou amenizar a diferença geracional²³ entre De Decca e si, afirmando já o ter conhecido quando ambos eram pós-graduandos, ou seja, antes de De Decca ter passado pelo rito de iniciação ao saber histórico, com a defesa de sua tese, e de consolidar sua carreira como historiador e professor institucionalizado na *Unicamp*, dois marcos significativos em sua trajetória.²⁴ O papel de De Decca na apropriação de Walter Benjamin também é relativizado pelo intelectual marxista, que limita o teor benjaminiano do trabalho ao prefácio de Marilena Chauí, o qual se iniciava com uma das “Teses sobre o conceito de História” de Benjamin como epígrafe.²⁵ O livro seria, portanto, mais foucaultiano que benjaminiano.²⁶ Suas críticas ao trabalho de De Decca datam de sua dissertação, em que o referenciou em uma nota de rodapé ao afirmar o seguinte:

Os estudos sobre o sindicalismo reformista e e [sic] a elaboração de uma política social estatal no Brasil, máximo nas três primeiras décadas deste século, são muito raros. Na maioria das vezes, procurou-se associar a história do movimento sindical e operário brasileiro, antes de 1930, à atuação dos militantes anarquistas e/ou

²³ Há uma diferença de sete anos entre a defesa de doutorado de De Decca (1979) e de Zaidan Filho (1986), ambos feitos na *USP*. O primeiro já era professor na *Unicamp* havia um ano quando o segundo ingressou no mestrado em 1978.

²⁴ Santos (2018, p. 394-395) abordou esses marcos em relação à trajetória acadêmica e profissional de Durval Muniz de Albuquerque Jr.

²⁵ Ao prefaciar a obra de De Decca sobre a história dos vencidos, Chauí denunciava a historiografia acadêmica e seus modelos de totalização como instrumentos ideológicos da classe dominante, apontando uma abertura para o estudo da experiência (Sousa, 2017, p. 170-171).

²⁶ Pressler (2006, p. 231) afirma que a “interpretação da própria história” empreendida por De Decca teria sido estimulada pela obra de Foucault e por autores da *nouvelle histoire* como Jacques Le Goff e Georges Duby. Segundo ele, na lista de referências do livro estariam somente Thompson e Eric Hobsbawm, estando ausentes tanto Benjamin quanto Foucault (Pressler, 2006, p. 231-232).

anarco-sindicalismo [sic], numa inspiração que a pouco e pouco foi se descobrindo anti-comunista [sic]. Daí, por exemplo, vincular-se ao anarquismo, a espontaneidade, o anti-capitalismo [sic] e a independência da classe operária, num período já consagrado como a “fase heroica” do movimento operário brasileiro. Aos olhos dessa historiografia, o panorama sindical da classe operária apresentar-se-ia regido pelo monopólio da influência anarquista que, por sua vez, teria sido destruído durante a década de vinte pelo recrudescimento do aparato repressivo do Estado e graças às orientações político-sindicais assumidas neste período pelo Partido Comunista Brasileiro (Zaidan Filho, 1981, p. 4).

Essas críticas aos estudos sobre o movimento operário na Unicamp foram retomadas em sua entrevista:

[...] encontrei na Unicamp um anticomunismo de lascar. [...] Tudo era os comunistas. Tudo o que não prestava tinha sido os comunistas. O golpe, o atrelamento do movimento sindical... Era um ambiente que tinha um anticomunismo triste. Porque havia um pessoal que já estava nessa linha do autonomismo. Foucault, depois. Então era um problema. Marxismo-leninismo e nada eram a mesma coisa. Ou era uma coisa muito ruim, diga-se de passagem, era muito criticado. Mas, aí, eu terminei me juntando com uns camaradas lá, que ainda eram ligados ao Partido Comunista e etc. E aí, tomei posição. Terminei tomando uma posição nessa discussão. E aí fui fazer os trabalhos para recuperar um pouco essas histórias todas, não é, de que o PC era o responsável por tudo o que não prestava na história do movimento operário brasileiro. Porque tinha essa história, não é? Enquanto o anarquismo hegemônizou o movimento, era tudo bom. Depois que os comunistas tiraram os anarquistas, aí, começou a não prestar mais. Eu disse: “Espera aí. Essa visão está muito deturpada.” Aí fui estudar. Fiz um trabalho sobre a origem do sindicalismo amarelo no Rio de Janeiro. Minha dissertação é sobre o Rio de Janeiro. Um trabalho muito interessante, ligado à questão da origem da legislação trabalhista. Tem um capítulo que é dedicado à origem da legislação trabalhista, na década de 20. Como é que surgiram essas leis, o Conselho Nacional do Trabalho, não é, e como que os sindicatos amarelos, porque já havia muitos no Rio de Janeiro, eles estavam ligados com o governo já naquela altura do campeonato (Zaidan Filho, 2015, p. 9).

Em suas análises, o historiador do PCB criticou a oposição que prevalecia até então entre as orientações políticas do PCB, de um lado, e, de outro, a espontaneidade do anarquismo e do anarcossindicalismo. Esta última seria característica de uma suposta independência da classe operária em sua fase heroica, a qual teria sido destruída na década de 1920 pelo aparelho repressivo estatal. O objetivo do intelectual marxista, portanto, era produzir uma história que preservasse o valor da atuação política do PCB, partido que integrava na época, frente à revalorização do anarquismo pelos historiadores unicampistas.

Outros praticantes da então chamada nova historiografia brasileira nomeados por Zaidan Filho (1989) em sua bibliografia comentada foram Ronaldo Vainfas, Maria Clementina

Pereira Cunha e Luzia Margareth Rago, sendo estas duas últimas consideradas exemplos de pesquisas historiográficas foucaultianas. As críticas aos trabalhos desses historiadores, entretanto, é indireta. Zaidan Filho (1989, p. 16, 24) reprovou os estudos históricos de temas como o imaginário, o cotidiano, a sensibilidade, o sexo, a moda, o cheiro, o sonho, o inconsciente coletivo, a sociabilidade vivida, a festa, o ritual, a feitiçaria, e a redescoberta de personagens como loucos, homossexuais, prostitutas e leprosos. Essas temáticas foram consideradas particulares, fragmentárias, efêmeras, microscópicas, sensuais, corpóreas, hedônicas, micrológicas e fortuitas. Sua abordagem também foi vista como reacionária por preterir temas como o progresso, a ciência, a verdade, a revolução, a felicidade, a economia e as classes sociais.

A crítica ao uso do pensamento foucaultiano em “estudos micrológicos, fragmentários” sobre os referidos novos personagens²⁷ “em nome da revolta ‘anarquista’ contra o império de uma razão tecnocrática, normatizadora, disciplinar” parece ter se referido ao trabalho de Rago, já que se direcionou especificamente a dissertações de mestrado. Em sua dissertação,²⁸ orientada por De Decca e defendida em 1985 na *Unicamp*, Rago investigou o disciplinamento da vida social no processo de industrialização, por um lado, e o anarquismo como uma proposta de resistir a esse processo e transformar a realidade social (Abreu, 2012, p. 8; Ramos, 2014). É possível, contudo, que colocar todas essas pesquisas como dissertações de mestrado seja uma estratégia retórica para diminuir sua relevância, desqualificando-as e deslegitimando-as.

Assim, a nova historiografia teria como matrizes epistemológicas, segundo Zaidan Filho (1989, p. 19-26), uma utilização específica de Benjamin, o pensamento de Foucault e a *nouvelle histoire*.²⁹ De acordo com Santos (2018, p. 267), o silêncio de Cardoso e Zaidan Filho sobre a obra de Thompson e seu uso pelos historiadores no Brasil é um sintoma do incômodo deles com a possibilidade de abordar fenômenos culturais, no interior do marxismo, sem recorrer a teorias estruturalistas como a dos modos de produção de Louis

²⁷ A descoberta de outros sujeitos, subalternos ou marginais seria, segundo Loriga e Revel (2022, p. 26, 28) um dos temas de fundo do pós-modernismo, estando associado a uma diferença geracional no interior da própria esquerda, que anteriormente abordava a questão social em termos de classe e estrutura (Loriga; Revel, 2022, p. 26, 28).

²⁸ Originalmente intitulada *Sem Fé, Sem Lei, Sem Rei. Liberalismo e Experiência Anarquista na República*, foi publicada como livro com o título *Do Cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar – Brasil 1980-1930*.

²⁹ As relações estabelecidas entre Foucault e os historiadores, incluindo os *Annales* foram descritas por Ramos (2014, p. 160-182). Cezar (2015) menciona três historiadores da terceira geração da *nouvelle histoire* entre os responsáveis por uma abertura da historiografia francesa ao papel da linguagem: Jacques Le Goff, Pierre Nora e Paul Veyne.

Althusser (1918-1990). Como estratégia retórica, desviava-se a atenção para Foucault e a *nouvelle histoire*.

Destaca-se que todos esses historiadores criticados por Zaidan (1989) como pós-modernos tinham programas de pós-graduação de universidades paulistas como lugar institucional de produção historiográfica, o que evidencia as disputas pela memória e pela geografia disciplinar identificadas por Santos (2018), embora o embate epistemológico e teórico-metodológico não possa ser reduzido a isso. Ao longo dos anos 1990, houve uma cisão entre história cultural e história social, bem como a naturalização da oposição entre modernos e pós-modernos, racionalistas e irracionais, realistas e nominalistas, estruturalistas e narrativistas (Santos, 2012; 2018, p. 206-207, 217-219, 353-365; 2019). Assim, moderno e pós-moderno, enquanto categorias de totalização histórica e produto de políticas do tempo, foram utilizadas como pressupostos epistemológicos na configuração da geografia (in)disciplinar da historiografia brasileira e em suas políticas de memória.

Considerações finais

Ao longo de sua carreira como acadêmico (in)disciplinado, Michel Zaidan Filho transitou, como discente, pelos programas de pós-graduação em história da *UnB*, *Unicamp* e *USP*; também circulou, como docente, pelos programas de pós-graduação em História da *UFPB*, *UFPE* e como visitante na *UnB*, além da atuação nos programas de Ciência Política e Direito da *UFPE*. Enquanto sua formação inicial foi feita na Filosofia, sua especialização foi sobre a História do Movimento Operário brasileiro na Primeira República, e sua institucionalização como professor universitário foi para que atuasse na área da Teoria da História. Além disso, o acadêmico marxista havia sido militante do PCB antes de defender sua tese em que historicizava a atuação desse mesmo partido durante a Primeira República. Ao olhar para sua trajetória intelectual, ficam evidentes as trocas entre diversos campos do saber.

Isso não significa que todo e qualquer intercâmbio intelectual tenha sido validado por ele no que se refere à historiografia. Tanto em *A Crise da Razão História* (1989), quanto em *Reflexões sobre a História* (2017), o marxista brasileiro reprovou abordagens que privilegiassem aspectos culturais ou linguísticos em detrimento da dimensão socioeconômica ou dela dissociados. Em suas operações políticas sobre o tempo, ele

instaurou e diagnosticou uma situação de crise da razão histórica, para a qual prescreveu um embate ético-político e epistemológico. Inscritas em disputas institucionais pela configuração da geografia (in)disciplinar da historiografia brasileira e em suas políticas de memória (in)disciplinar, as categorias de totalização histórica “modernidade” e “pós-modernidade” foram utilizadas para estabelecer identidades e exclusões. Suas operações políticas temporais fabricaram ainda as noções de velho, novo e contemporâneo, e marcos como o século XIX, de Dilthey e Nietzsche, e o ano de 1968. Com essas operações, Michel Zaidan Filho buscou defender a razão histórica do predomínio de análises culturais e linguísticas, o que considerava um surto de irracionalismo.

Referências

ABREU, Gabriel Fleck de. *Foucault do cabaré ao lar: um estudo sobre a apropriação de Michel Foucault por Margareth Rago em Do Cabaré ao lar de 1985*. 2012. TCC (Graduação em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2012. 72p. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/67201>. Acesso em: 5 fev. 2024.

AGUIAR, Juliana. 'O capitalismo é visto como uma pandemia', reflete Michel Zaidan em novo livro. *Diário de Pernambuco*. Pernambuco: 10 fev. 2021. Disponível em: <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/viver/2021/02/o-capitalismo-e-visto-como-uma-pandemia-reflete-michel-zaidan-em-no.html>. Acesso em: 23 maio 2024.

ARAUJO, Valdei Lopes de; RANGEL, Marcelo de Mello. Apresentação - Teoria e história da historiografia: do giro linguístico ao giro ético-político. *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, v. 8, n. 17, p. 318-332, 29 abr. 2015. DOI: 10.15848/hh.v0i17.917. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/917>. Acesso em: 5 fev. 2024.

ÁVILA, Arthur Lima de. "Povoando o presente de fantasmas": feridas históricas, passados presentes e as políticas do tempo de uma disciplina. *Revista Expedições - Teoria da História e Historiografia*, Goiânia, v. 7, n. 2, p. 189-209, 2016. ISSN 2179-6386. Disponível em: https://www.revista.ueg.br/index.php/revista_geth/article/view/5498. Acesso em: 5 fev. 2024.

ÁVILA, Arthur Lima de. O que significa indisciplinar a história? In: ÁVILA, Arthur Lima de; NICOLAZZI, Fernando; TURIN, Rodrigo. (Org.). *A História (in)disciplinada: teoria, ensino e difusão do conhecimento histórico*. Vitória: Editora Milfontes, 2019, p. 19-52.

ÁVILA, Arthur Lima de; NICOLAZZI, Fernando; TURIN, Rodrigo. Apresentação. In: ÁVILA, Arthur Lima de; NICOLAZZI, Fernando; TURIN, Rodrigo. (Org.). *A História (in)disciplinada: teoria, ensino e difusão do conhecimento histórico*. Vitória: Editora Milfontes, 2019, p. 7-18.

ÁVILA, Arthur Lima de. *A história no labirinto do presente*. Vitória: Editora Milfontes, 2021. 202p.

BELIEIRO, Thiago Granja; CARDOSO JUNIOR, Hélio Rebello. Diálogo assimétrico na historiografia brasileira: A Nova História entre os anos 1985 e 1994. *Locus: Revista de História*, Juiz de Fora, v. 23, n. 2, 2017. DOI: 10.34019/2594-8296.2017.v23.20860. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20860>. Acesso: 23 maio 2024.

BRASIL 247. Michel Zaidan. 2024. Disponível em: <https://www.brasil247.com/authors/michel-zaidan>. Acesso: 29 jun. 2024.

CEZAR, Temístocles Américo Corrêa. Hamlet Brasileiro: ensaio sobre giro linguístico e indeterminação historiográfica (1970-1980). *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, Ouro Preto, v. 8, n. 17, p. 440-461, 2015. DOI: 10.15848/hh.v0i17.741. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/741>. Acesso em: 5 fev. 2024.

FICO, Carlos. Alguns impasses da produção historiográfica recente no Brasil. *Anos 90*, v. 2, n. 2, p. 110-126, 1994. DOI: 10.22456/1983-201X.6128. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/6128>. Acesso em: 5 dev. 2024.

FICO, Carlos; POLITO, Ronald. *A história no Brasil (1980-1989): elementos para uma avaliação historiográfica*. Ouro Preto: Editora UFOP, 1992. 206p.

FALCON, Francisco José Calazans. A identidade do historiador. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, p. 7-30, 1996. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2014>. Acesso em: 5 fev. 2024.

G1. Governador de PE processa cientista político Michel Zaidan. *G1 Pernambuco*. Pernambuco: 10 set. 2015. Disponível em: <https://glo.bo/1UEFoMq>. Acesso: 23 maio. 2023.

LORIGA, Sabina; REVEL, Jacques. Présentation. In: LORIGA, Sabina; REVEL, Jacques. *Une histoire inquiète: Les historiens et le tournant linguistique*. Paris: Seuil, Gallimard, EHESS, 2022, p. 9-35.

MAIA, Carlos Alvarez. Crise da história ou crise dos historiadores no linguistic turn, o caso brasileiro. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, São Paulo, v. 41, p. 351-382, 2010.

MAIA, Carlos Alvarez. A crise da história e a onda pós-estruturalista. *Revista Maracanan*, Rio de Janeiro, n. 18, p. 50-65, 2018. DOI: 10.12957/maracanan.2018.31057. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/maracanan/article/view/31057>. Acesso em: 5 fev. 2024.

MUDROVICIC, María Inés. The politics of time, the politics of history: who are my contemporaries? *Rethinking History*, v. 23, n. 4, p. 456-473, 2019. DOI: 10.1080/13642529.2019.1677295. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13642529.2019.1677295>. Acesso em: 5 fev. 2024.

OLIVEIRA, Maria da Glória de; GONTIJO, Rebeca. Sobre a história da historiografia brasileira. Um breve panorama. *Revista do IHGB*, v. 177, n. 472, p. 13-37, 2016.

OSBORNE, Peter. Preface. In: OSBORNE, Peter. *The Politics of Time: Modernity and Avant-Garde*. Londres: Verso, 1995, p. VII-XV.

PASSOS, Muriel Custodio dos. *Figurações da teoria benjaminiana em A Crise da Razão Histórica (1989) de Michel Zaidan Filho: sobre a querela brasileira entre modernos e pós-modernos*. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Centro de Filosofia e Ciência Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2022. 92p.

PRESSLER, Gunter Karl. *Benjamin, Brasil. A Recepção de Walter Benjamin, de 1960 a 2005. Um Estudo sobre a Formação da Intelectualidade Brasileira*. São Paulo: Annablume, 2006. 406p.

RAMALHO, Walderez. *A Experiência do Momento Histórico: tempo-kairós, escrita de manifestos e estado de crise*. Vitória: Milfontes, 2022. 211p.

RAMALHO, Walderez. Sobre os limites do tempo: história do tempo presente, policronia e performatividade. *História (São Paulo)*, v. 42, p. 1–22, 2023.

RAMOS, Igor Guedes. *Genealogia de uma operação historiográfica: as apropriações dos pensamentos de Edward Palmer Thompson e de Michel Foucault pelos historiadores brasileiros na década de 1980*. 2014. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Assis, 2014. 541p.

RODRIGUES, Lidiane Soares. A doxa da heterodoxia: a avaliação dos pares e as condições de transgressão disciplinar. In: ÁVILA, Arthur Lima de; NICOLAZZI, Fernando; TURIN, Rodrigo (Orgs.). *A História (in)disciplinada: teoria, ensino e difusão do conhecimento histórico*. Vitória: Editora Milfontes, 2019, p. 73-118.

RODRIGUES, Lidiane Soares; MUDROVICIC, María Inés; AVELAR, Alexandre de Sá. Rebelia disciplinada? Introdução à 'História como (in)disciplina'. *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, Ouro Preto, v. 14, n. 36, p. 25-44, 2021. DOI: 10.15848/hh.v14i36.1867. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/1867>. Acesso em: 5 fev. 2024.

RÜSEN, Jörn. *História Viva: teoria da História III: formas e funções do conhecimento histórico*. Brasília: UnB, 2007. 159p.

SANTOS, Wagner Geminiano dos. A Invenção da Crítica Historiográfica Brasileira Pós Década de 1980: um campo de batalhas para modernos e pós-moderno. *Revista de Teoria da História [RTH]*, Goiânia, vol. 7, n. 1, 2012. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/teoria/article/view/28925>. Acesso em: 5 fev. 2024.

SANTOS, Wagner Geminiano dos. *A invenção da historiografia brasileira profissional, acadêmica: geografia e memória disciplinar, disputas político-institucionais e debates epistemológicos acerca do saber histórico no Brasil (1980-2012)*. 2018. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, 2018. 437p. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/32449>. Acesso em: 5 fev. 2024.

SANTOS, Wagner Geminiano dos. A crítica historiográfica no Brasil nos anos 1990 e o espectro do linguistic turn: embates entre “modernos” e “pós-modernos”. *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, Ouro Preto, v. 12, n. 30, 2019. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/1458>. Acesso em: 21 fev. 2024.

SOUSA, Francisco Gouvea de. Escritas da história nos anos 1980: um ensaio sobre o horizonte histórico da (re)democratização. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 24, n. 46, p. 159-181, 2017. DOI: 10.22456/1983-201X.74972. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/74972>. Acesso em: 5 fev. 2024.

TIAGO, Rostand. Livro do pernambucano Michel Zaidan Filho analisa a história do sindicalismo brasileiro. *Diário de Pernambuco*. Pernambuco: 6 jan. 2022. Disponível em: <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/viver/2022/01/livro-do-pernambucano-michel-zaidan-filho-analisa-a-historia-do-sindic.html>. Acesso em: 23 maio 2024.

TURIN, Rodrigo. História da historiografia e memória disciplinar: reflexões sobre um gênero. *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, v. 6, n. 13, p. 78–95, 2013. DOI: 10.15848/hh.v0i13.673. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/673>. Acesso em: 6 jul. 2024.

VEROVŠEK, Peter J. Collective memory, politics, and the influence of the past: the politics of memory as a research paradigm. *Politics, Groups, and Identities*, v. 4, n. 3, p. 529-543, 2016. DOI: 10.1080/21565503.2016.1167094. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/21565503.2016.1167094>. Acesso em: 5 fev. 2024.

ZAIDAN FILHO, Michel. *A Crise da Razão Histórica*. Campinas: Papyrus, 1989. 87p.

ZAIDAN FILHO, Michel. *Currículo Lattes*. Última atualização: 28 jun. 2023. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/4235585448589376>. Acesso em: 25 jan. 2024.

ZAIDAN FILHO, Michel. *Pão-e-pau: política de governo e sindicalismo reformista no Rio de Janeiro, 1923-1926*. 1981. Dissertação (Mestrado em História). Departamento de História, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, 1981. DOI: 10.47749/T/UNICAMP.1981.59454. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/59454>. Acesso em: 5 fev. 2024.

ZAIDAN FILHO, Michel. *Partido Comunista Brasileiro e a Internacional Comunista (1922-1929)*. 1986. Tese (Doutorado em História Social) - Departamento de História, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 1986.

ZAIDAN FILHO, Michel. *Reflexões sobre a História*. Recife: NEEPD-UFPE, 2017. 68 p.

ZAIDAN FILHO, Michel. *“Michel Zaidan (depoimento, 2014)”*. Rio de Janeiro, CPDOC/FGV; LAU/IFCS/UFRJ; ISCTE/IUL; IIAM, 2015. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/entrevistados/michel-zaidan>. Acesso em: 5 fev. 2024.